



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
COLEGIADO DE ENSINO E GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

DANIELLE EVELYN BRASIL DE JESUS

**VIVÊNCIA ACADÊMICA DAS ESTUDANTES NEGRAS DO SERVIÇO
SOCIAL NA UFBA: UMA REFLEXÃO A PARTIR DO RACISMO ESTRUTURAL
E SOFRIMENTO PSÍQUICO**

Salvador

2021

DANIELLE EVELYN BRASIL DE JESUS

**VIVÊNCIA ACADÊMICA DAS ESTUDANTES NEGRAS DO SERVIÇO
SOCIAL NA UFBA: UMA REFLEXÃO A PARTIR DO RACISMO ESTRUTURAL
E SOFRIMENTO PSÍQUICO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Serviço Social, Instituto de Psicologia, Universidade Federal da Bahia, como parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Profa. Dr^a Magali da Silva Almeida

Salvador

2021

DANIELLE EVELYN BRASIL DE JESUS

VIVÊNCIA ACADÊMICA DAS ESTUDANTES NEGRAS DO SERVIÇO SOCIAL NA UFBA: UMA REFLEXÃO A PARTIR DO RACISMO ESTRUTURAL E SOFRIMENTO PSÍQUICO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Psicologia da Universidade Federal da Bahia, como parte dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Salvador, 16/06/2021 .

Banca examinadora

Magali da Silva Almeida – Orientadora _____

Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Universidade Federal da Bahia.

Rosângela Janja Costa Araújo _____

Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo, São Paulo.

Universidade Federal da Bahia/UFBA.

Ana Paula Procópio da Silva _____

Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

As/os pretas/os que virão, façamos por nós!

AGRADECIMENTOS

Inúmeros são os agradecimentos por esse trabalho construído a muitas mãos, corações e mentes que me seguraram e me acolheram na caminhada.

Agradeço a Deus por toda força e a toda energia que me guardou e acalentou.

À minha mãe pelo suporte emocional, financeiro, material e simbólico, obrigada por cada lanche levado no quarto quando estava imersa na produção e por sempre confiar no meu potencial.

Ao meu pai por todo carinho e tranquilidade que me passa.

Aos movimentos sociais que me fizeram enxergar a assistente social que almejo ser, ao Levante Popular da Juventude, ao FAS, ao Centro Acadêmico CASS Mãe Preta, em especial a gestão MANDACARU, agradeço por me inspirarem e acolherem, hoje sei que só a luta muda vidas.

Aos meus companheiros e companheira de vida, dos quais citarei alguns mas lembrarei para sempre de tantos/as outros/as:

Meu quarteto fiel que tem me acompanhado desde o primeiro semestre, Juliana, Itana Lua, Letícia e Vitor, vocês foram meu riso mais sincero em diversos momentos.

As minhas companheiras de gestão que eram também minha rede de afeto, Helen, Isis, Arouck, Luliane e tantas outras, vocês não imaginam o quanto me fortaleceram e me inspiraram.

As amigas que dividiram comigo suas trajetórias, sobretudo, o momento da finalização do TCC, Sara Cristina, obrigada pelo apoio, carinho, companheirismo e fortalecimento. Maíses Santos, gratidão por toda troca, por chorar e rir comigo e segurar minha mão. Meninas, sem vocês, eu não imagino quão mais difícil seria.

As melhores “calouras” que eu poderia ter comigo amigas, Natália e Vitória, pela confiança que depositaram em mim eu quis ser melhor, obrigada por tudo.

A Sérgio, Julio, Mateus, Sandoval e Marcus, obrigada pelas mensagens de estímulo no meio do dia, pelas ligações quando pensei em desistir, pelo auxílio na leitura do trabalho e por sempre acreditarem em mim, mil vezes obrigada!!

As minhas primas Sara e Rebeca Vieira, vocês são as melhores irmãs que eu poderia ter.

Ao meu trio fantástico, Lanna, Eduarda e Luane, vocês são meu grupo mais lindo de doutoras antes dos 30!

Agradeço imensamente a Prof^a Dr^a Janja Costa, por tão prontamente ter aceitado o convite para participar da minha banca de defesa, como por todos os ensinamentos que trocamos juntas, você me inspira.

A Prof^a Dr^a Ana Paula Procópio, pelo aceite atencioso para composição da banca e pela sua produção acadêmica que iluminou meu trabalho.

A minha querida orientadora Magali da Silva Almeida, por todo conhecimento compartilhado, pelas orientações, conversas e carinhosas palavras.

As autoras negras que fizeram parte da minha pesquisa, obrigada por terem resistido, à força de vocês é a minha força!

Ao colegiado de Serviço Social, a coordenadora Ana Maria e ao corpo de servidores e técnicos administrativos e a Tia Noi, pelo carinho,

cuidado e afeto, pelos melhores cafés de São Lázaro e as melhores conversas também.

Por fim, agradeço a Prof^a Dr^a Silva Almeida pela orientação na pesquisa e sobretudo pelo exemplo de pesquisadora e acadêmica que você é, gratidão por todo acolhimento e carinho e a Sheyla Paranaguá, por toda preocupação e incentivo em minha trajetória acadêmica.

Quero compartilhar com todas e todos essa vitória, vocês são parte de mim.

“Cada negro letrado no Brasil tem a obrigação de sistematizar as suas próprias lembranças. A experiência de cada um é um trecho da realidade vivida, de muita valia para nós mesmos e para os outros.”

Ubiratan Castro de Araújo (2009. P.16)

Brasil, Danielle Evelyn. **Vivência acadêmica das estudantes negras do Serviço Social na UFBA: uma reflexão a partir do Racismo estrutural e Sofrimento psíquico**. XX páginas. Orientadora: Magali da Silva Almeida. 2021. Monografia apresentada ao Curso de Bacharelado em Serviço Social da Universidade Federal da Bahia- UFBA, 2021.

RESUMO

O presente estudo se dispõe a analisar de que forma o racismo estrutural e condição de gênero, circunscrito no contexto da academia, poderá promover sofrimento psíquico as estudantes negras do curso de Serviço Social na Universidade Federal da Bahia- UFBA. Partindo desse questionamento, opto por realizar um levantamento bibliográfico associado à abordagem etnográfica de documentos sensíveis, ou seja, documentos que através do olhar de uma pesquisadora poderá se tornar objetos de memória vivida e memória histórica. Os registros escolhidos foram as publicações de trabalhos de conclusão de curso do Serviço Social, disponibilizados digitalmente através do site do Instituto ao qual o curso faz parte, a partir dos critérios de: 1) período de publicação, entre os anos de 2013- 2020, 2) temática, priorizando os trabalhos com temática racial e 3) classificação dos autores quanto a raça, quando autodeclarado explicitamente nos trabalhos. Para mais, apoio-me na compreensão do sofrimento psíquico, que se apresenta como metamorfose estrutural da sociedade, resultante daquilo que o poder na esfera política, pública e institucional, é capaz de produzir nos indivíduos, a partir das reflexões de LEÃO, Thiago; IANNI, Aureua; GOTO, Carine, (2019). Esse conceito perpassa pela noção do bem estar mental e do bem viver e está intrinsecamente relacionado com as dinâmicas societárias, produto resultante daquilo que o poder na esfera política, pública e institucional e vivências que o indivíduo perpassa. Dessa forma, para contribuir com a temática aqui explicitada, desafio-me a construir uma análise sobre o impacto do racismo e do sexismo, na vivência acadêmica de estudantes negras, e sua possível relação com o sofrer. Nesse sentido, o presente estudo foi dividido em quatro capítulos, sendo o capítulo primeiro introdutório, o segundo pretendendo teorizar o conceito de raça e a construção da sociedade brasileira, o racismo estrutural e a sua materialização nas relações raciais sob a perspectiva das (os) intelectuais negras(os). No terceiro momento será apresentado uma discussão sobre a representatividade da mulher negra na educação superior a partir de pesquisas qualitativas e estudos de indicadores realizados pelos órgãos oficiais, bem como, as conquistas que possibilitaram a ampliação do acesso às universidades, como a política de ações afirmativas e a lei de cotas, e finalizo com as considerações finais do trabalho, afirmo também por opção metodológica a não inclusão de um capítulo único para análise dos resultados, de modo que esta se fará no decorrer do estudo, criando um diálogo entre a autora e as sujeitas da pesquisa.

Palavras chaves: Vivência Acadêmica- Estudantes negras; Racismo estrutural; Sofrimento Psíquico; Serviço Social

Brazil, Danielle Evelyn. **Academic experience of black students of Social Work at UFBA: a reflection based on structural racism and psychic suffering.** XX pages. Advisor: Magali da Silva Almeida. 2021. Monograph presented to the Bachelor 's Degree in Social Work at the Federal University of Bahia- UFBA, 2021.

ABSTRACT

This study aims to analyze how structural racism and gender conditions, limited in the academic context, can promote suffering to black students of the Social Work course at the Federal University of Bahia-UFBA. Based on this questioning, I choose to execute a bibliographic survey associated with the ethnographic approach to sensitive documents, that is, documents that, through the eyes of a researcher, may become objects of lived memory and historical memory. The chosen records were publications of course completion papers from Social Service, available digitally through the website of the Institute of which the course is a part of it, based on the criteria of: 1) publication period, between the years 2013-2020, 2) thematic, prioritizing works with racial themes and 3) classification of authors according to race, when explicitly self-declared in the works. Furthermore, I support my understanding of psychic suffering, which presents itself as a structural metamorphosis of society, resulting from what power in the political, public and institutional sphere is capable of producing in individuals, based on the reflections of LEÃO, Thiago; IANNI, Aureua; GOTO, Carine, (2019). This concept permeates the notion of mental well-being and good living and is intrinsically related to societal dynamics, a product arising from what power in the political, public and institutional spheres and experiences that the individual pervades. Thus, in order to contribute to the theme already explained here, I challenge myself to build an analysis of the impact of racism and sexism on the academic experience of black students, and their possible relationship with suffering. In that regard, the present study was divided into four chapters, the first chapter being introductory, the second intending to theorize the concept of race and the construction of Brazilian society, structural racism and its materialization in race relations from the perspective of black intellectuals. In the third moment, will be presented a discussion about the representation of black women in higher education based on qualitative research and indicator studies executed by official agencies as well as the achievements that enabled the expansion of access to universities, such as the affirmative action policy and the law of quotas, and I conclude with the final considerations of the paper, I also affirm, by methodological option, the non-inclusion of a single chapter to analyze the results, so that this will be done during the study, creating a dialogue between the author and the research subjects.

Keywords: Academic Experience- Black students; Structural racism; Psychic suffering; Social Service.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|---------|--|
| ANDIFES | Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior |
| CASS | Centro Acadêmico de Serviço Social |
| FAS | Fórum Acadêmico de Saúde |
| FIES | Fundo de Financiamento Estudantil |
| IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| MST | Movimento Sem Terra |
| ProUni | Programa Universidade para Todos |
| Reuni | Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais |
| SEPPIR | Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial |
| SEVI | Semana de Vivência Interdisciplinar |
| SUS | Sistema Único de Saúde |
| TCC | Trabalho de Conclusão de Curso |
| UERJ | Universidade do Estado do Rio de Janeiro |
| UFBA | Universidade Federal da Bahia |
| UnB | Universidade de Brasília |
| UNEB | Universidade do Estado da Bahia |

SUMÁRIO

| | | |
|----------|--|----|
| 1 | INTRODUÇÃO | 11 |
| 1.1 | TRILHAS METODOLÓGICAS | 13 |
| 2 | ABORDAGEM CONCEITUAL DE RAÇA, GÊNERO E CLASSE NA FORMAÇÃO SÓCIO HISTÓRICA BRASILEIRA | 17 |
| 2.1 | FORMAÇÃO SÓCIO HISTÓRICA DO BRASIL SOB O PONTO DE VISTA DAS (OS) INTELLECTUAIS NEGRAS(OS) | 18 |
| 2.2 | RACISMO NOSSO DE CADA DIA, REFLEXÕES SOBRE O MITO DA DEMOCRACIA RACIAL E A CONSTRUÇÃO DA MULHER NEGRA | 23 |
| 3 | MULHERES NEGRAS, ACADEMIA E SOFRIMENTO PSÍQUICO | 26 |
| 3.1 | MULHERES NEGRAS E EDUCAÇÃO SUPERIOR: DESAFIOS E CAMINHOS ATÉ A UNIVERSIDADE | 28 |
| 3.2 | ESTUDANTES NEGRAS NA UFBA: INDICADORES DE DESIGUALDADE DE GÊNERO E RAÇA | 32 |
| 3.3 | SOFRIMENTO PSÍQUICO E AS EXPRESSÕES DA VIOLÊNCIA E DA RESISTÊNCIA NO ESPAÇO ACADÊMICO | 35 |
| 3.3.1 | “FORASTEIRAS DE DENTRO”: RELATOS DAS EXPERIÊNCIAS VIVIDAS NA ACADEMIA | 37 |
| 4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS | 40 |
| | REFERÊNCIAS | 41 |

1 INTRODUÇÃO

“Quem pode falar? Quem não pode? E acima de tudo, sobre o que podemos falar? Por que a boca do sujeito Negro tem que ser calada? Por que ela, ele, ou eles/elas têm que ser silenciados/as? O que o sujeito negro poderia dizer se a sua boca não estivesse tampada? E o que é que o sujeito branco teria que ouvir?” (Kilomba, 2019, p.330)

Os conceitos de Raça¹, Racismo, Gênero e Classe social² são estudos recorrentes no âmbito da Sociologia e das Ciências Humanas. Diversos intelectuais têm se debruçado no desenvolvimento de suas respectivas conceituações e nas análises dos seus impactos no desenvolvimento e funcionamento societários. De certo que, compreender as dinâmicas dos aspectos relacionados à classe, raça e gênero como mecanismos produtores de desigualdades imbricados nas sociedades, nos detendo aqui a sociedade brasileira, é uma tarefa árdua e complexa, que, para esta pesquisadora, só se torna possível se realizada a partir do filtro da interseccionalidade, que de acordo com Cremshaw (2002) trata-se:

Uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e os outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as possíveis relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. (p.175)

Munidas desse olhar interseccional, podemos então adicionar a noção do sofrimento psíquico, que pode ser lido, a partir das reflexões de LEÃO, Thiago; IANNI, Aureua; GOTO, Carine, (2019) como “expressão de uma metamorfose estrutural da sociedade, resultante da crise e deslocalização das instituições sobre as quais se ancorava a sociedade industrial”. O desenvolvimento desta categoria

¹Nesse trabalho, utilizarei a concepção apresentada por MUNANDA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In: Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira [S.I: s.n.], 2004, que traz a análise da raça, tal como empregamos hoje, configura-se como um conceito carregado de ideologias, escamoteado de uma relação de poder e de dominação.

² Estes conceitos, Racismo, Gênero e Classe social, serão destrinchados no decorrer do estudo.

será mais bem colocado no decorrer do trabalho, contudo, pontuo aqui sua importância para a construção dos apontamentos acerca da relação entre a vivência acadêmica de estudantes negras e o racismo estrutural.

Dito isto, inicio essa discussão me apresentando. Sou mulher negra, e era tudo que sabia até adentrar a universidade pública, sendo a primeira da família a ocupar esse lugar, por apoio e empenho dos meus pais. No decorrer do percurso, já na primeira semana, no espaço da calourada³ do curso de serviço social, fui apresentada aos debates de gênero, sexualidade e raça de forma rápida e não aprofundada, como de fato era possível no momento, colocando essas reflexões em um lugar ainda pouco acessado.

Em sequência, aproximei-me do campo da saúde e defesa do sistema único de saúde – SUS através de uma imersão promovida pelo Fórum Acadêmico de Saúde da UFBA - FAS, intitulada SEVI-SUS. Foi também nesse espaço que tive o primeiro contato com os movimentos sociais, a saber, MST e Levante Popular da Juventude, esse último o qual me organizei politicamente. Por fim, pouco tempo depois, ingressei também no movimento estudantil do curso, e da universidade, através do Centro Acadêmico CASS Mãe Preta.

A partir dessas construções, pude refletir acerca do que significava para mim e para minha comunidade⁴, ser uma mulher negra, em uma sociedade estruturalmente racista e sexista, ocupando um lugar de prestígio social. Estabeleceu-se nesse momento meu objeto central de estudo, as relações raciais e suas nuances no espaço da academia, com intuito de construir e compartilhar os conhecimentos adquiridos para com as/os minhas/meus⁵. Esse desejo parte da compreensão coletivamente, de que a fala, a escrita e o conhecimento partilhado são ferramentas fundamentais para a construção de epistemologias emancipatórias⁶ para a população negra.

É salutar pontuar que essa construção a que me refiro, não foi solitária, tampouco permeada de neutralidades, uma vez que uma pesquisa “pode decorrer de razões de ordem intelectual, quando baseadas no desejo de conhecer pela simples satisfação de conhecer, ou prática, quando baseada no desejo de conhecer

³ Momento destinado para recepção dos recém ingressos em um determinado curso podendo ser organizado pelo conjunto de professores e/ou entidades estudantis atuantes no espaço.

⁴ Recorro a GUIMARÃES, Antonio. S.A.(2001) para trazer a noção de comunidade como a união de um determinado povo que se identifica em uma mesma origem ou destino.

⁵ Aqui me refiro à população negra.

⁶ Formação de conhecimento que possibilite a produção e reprodução de liberdade.

para agir” (Gil, 1994, p.43), fico feliz em reafirmar aqui o compromisso pessoal da minha produção acadêmica para com minha comunidade a partir da construção deste trabalho de conclusão de curso.

Para mais, reforço que não possuo a pretensão de trazer conclusões únicas ou respostas prontas para as questões estruturais aqui discutidas, contudo, busco contribuir com uma análise articulada da forma que o racismo estrutural e a condição de mulher na sociedade podem promover sofrimento e influências nas vivências acadêmicas das estudantes negras do curso de serviço social na Universidade Federal da Bahia. Essa escolha, parte da hipótese central que, apesar do sofrimento ser inerente à condição humana, os marcadores sociais impostos nas/os sujeitas/os promovem vulnerabilidades, portanto é basal analisar esses processos interseccionadamente.

Busco enquanto objetivo central a analisar o sofrimento psíquico das estudantes negras do curso de Serviço Social na Universidade Federal da Bahia a partir do racismo estrutural e o sexismo e sua relação com suas vivências acadêmicas. Para isso, apresento dois objetivos específicos: 1) Realizar uma breve reflexão sobre a formação sócio-histórica brasileira, a luz dos/as intelectuais negros/as; 2) Discorrer sobre como a trajetória acadêmica das estudantes de serviço social a partir da análise sensível de seus escritos, a qual será mais bem explicada na metodologia.

Assumo essa tarefa saudando a todas e todos que já se debruçaram anteriormente sobre este ou objetos próximos, como também a todas as intelectuais negras que vieram antes de mim, reitero o lugar de contribuição e não soluções fechadas e convido a todas e todos para que juntos trilhemos esse diálogo.

1.1 TRILHAS METODOLÓGICAS

Muitos foram os caminhos que trouxeram a escolha metodológica dessa pesquisa, dais quais citarei brevemente a fim de partilhar da melhor forma como se deu a construção desse projeto, certamente permeado de muitas inquietações, obstáculos, alterações, algumas inseguranças e, certamente apoio de muitos braços. Ressalto ainda que essas modificações fazem parte do processo e portanto esse aspecto não deve ser visto como descompromisso com a organização racional,

uma vez que a pesquisa bibliográfica requer constante atenção aos objetivos propostos, possibilitando ao pesquisador frequente retorno ao seu objeto podendo redefini-lo ou modificá-lo. (LIMA, Telma; MIOTO, Regina, 2007).

Isto posto, avançaremos para a descrição comentada. Inicialmente, seria realizada uma revisão bibliográfica com estudo de caso, a partir de dados coletados por entrevista com roteiro semiestruturado, contudo, ao decorrer do percurso em decorrência da pandemia⁷ mundial do Coronavírus (COVID-19), todas as atividades presenciais foram suspensas e assim seguem até o presente momento, inviabilizando dessa forma a realização das entrevistas.⁸ A posteriori, houve a intenção de construir uma análise a partir da revisão bibliográfica apenas, em decorrência da dificuldade de acesso as estudantes, essa opção, contudo, não conseguiria atender minhas aspirações iniciais de captar as apreensões pessoas das estudantes e suas experiências a partir de suas vivências acadêmicas. Por fim, com apoio e orientação da minha supervisora acadêmica, chegamos à síntese de construir uma análise de documentos sensíveis, utilizando os Trabalhos de Conclusão de Curso publicados desde a implementação ao semestre mais recente no curso na UFBA.

Dessa forma, trago como opção metodológica uma pesquisa⁹ qualitativa realizada a partir de levantamento bibliográfico abordagem etnográfica de documentos sensíveis, que como explicita Thiesen, 2012, p.1, “São também caracterizados pelas tensões que provocam entre a memória vivida e a memória histórica”, processo que demanda um olhar atento e cuidados teórico-metodológicos quanto à interpretação dessas memórias escritas. Enquanto método, apoio-me no método dialético ¹⁰por orientar a pesquisadora a construir análises por lentes

⁷Enfermidade epidêmica amplamente disseminada.

⁸ O primeiro caso de pessoa infectada pelo vírus da Covid-19 no Brasil é confirmado oficialmente no dia 26 de fevereiro de 2020, no dia 16 de março é decretado estado de quarentena em Salvador e diversas capitais, suspendendo as atividades presenciais e decretando como medida essencial para segurança o isolamento social. Atualmente, seguimos em estado de calamidade pública, seguindo as recomendações da OMS para o isolamento social e com totalizando mais de 400.000 mortes até o presente momento (mais informações podem ser obtidas através do site: <https://www.sanarmed.com/linha-do-tempo-do-coronavirus-no-brasil>). Dedico esse espaço para prestar meus sentimentos e solidariedade a todas as famílias e vítimas da Covid-19 e a todo povo brasileiro, que passa pela pior crise sanitária dos últimos tempos acrescida de uma crise econômica e política de proporções assustadoras. Toda força e resistência para vencermos esse vírus e a política genocida atualmente instaurada no Brasil. Viva a ciência, viva ao SUS!

⁹ Pesquisa é o processo no qual o pesquisador tem “uma atitude e uma prática teórica de constante busca que define um processo intrinsecamente inacabado e permanente”, realizado a partir de sucessivas aproximações da realidade, sendo que esta apresenta “uma carga histórica” e reflete posições frente à realidade (MINAYO, 1994, p.23).

¹⁰ Método de leitura da realidade social derivado das formulações de Marx e Engels que aponta a necessidade de constantes retornos ao objeto em análise por considerar a contradição e o movimento histórico da

históricas, políticas e que considere contradições e visões da totalidade e da unidade na análise do objeto.

Nessa direção, como sujeitas da pesquisa estão estudantes negras do curso de Serviço Social da UFBA, utilizando como instrumento os Trabalhos de Conclusão do referido curso, mas precisamente os elementos pré-textuais, a saber, dedicatórias, agradecimentos e resumos, bem como, as seções de introdução e conclusão. Essa escolha dar-se pela compreensão de que são nesses momentos que a autora poderá trazer falas e considerações mais pessoais, experiências e/ou relatos de suas trajetórias acadêmicas e autodeclarações raciais, aspectos os quais me proponho a analisar sensivelmente.

Portanto, a partir do site¹¹ do Instituto de Psicologia, foi possível localizar, entre os anos 2013 a 2020 um total de 246 trabalhos, dos quais apenas 93 estavam disponíveis integralmente para consulta, ou seja, sua versão digital estava disponível para acesso. No que tange esse estudo, foram coletados 8 trabalhos, utilizando os seguintes critérios: 1-serão considerados os escritos apenas de mulheres¹² do referido curso; 2- autoras autodeclaradas negras desde que apareça de forma explícita no trabalho; 3 – as temáticas abordadas no trabalho devem aspectos relacionados a raça, racismo e/ou relações raciais.

Para mais, enquanto composição geral, o presente estudo divide-se três capítulos, sendo o primeiro este introdutório. Já o segundo, apresento a formação e solidificação da sociedade brasileira sob a perspectiva das (os) intelectuais negras (os), aponto ainda as noções de gênero, raça, preconceito e discriminação racial à luz das ciências humanas, bem como, trago a conceitualização do racismo estrutural e sua materialização nas relações sociais.

No terceiro capítulo pretendendo discutir a representatividade da mulher negra na educação superior além das conquistas que possibilitaram o acesso à universidade, tal qual, a política de ações afirmativas e a lei de cotas, circunscrita na relação com o sofrimento psíquico. Por fim, trago as considerações finais, retomando as principais conclusões e finalizando, por hora, este debate que de certo, não se encerrará nesse momento inicial da minha trajetória acadêmica.

realidade, utilizando a visão da totalidade e da unidade ou especificidade. Segundo as autoras LIMA, Telma; MIOTO, Regina, “o método dialético implica sempre em uma revisão e em uma reflexão crítica e totalizante [...] traz como necessidade a revisão crítica dos conceitos já existentes a fim de que sejam incorporados ou superados criticamente pelo pesquisador.”

¹¹ Disponível em: <https://ips.ufba.br/servico-social/tcc>

¹² Mulheres cis e/ou transgênero.

Saliento ainda que decido por não construir um capítulo exclusivo para análise de resultados, de modo que as contribuições estejam divididas entre todo o trabalho, de forma indissociável e interseccional, assim como são os debates que me proponho a travar, para isto, usarei nomes fictícios para as autoras em questão, afim de preservar suas identidades, a saber: Nzinga, Anima, Makeda, Nanny, Califia, Ndatté Yalla, Idia e Cleópatra

De certo que a possibilidade de leitura de cada trabalho e pontos tão íntimos que as autoras decidiram compartilhar me desafia a honrar suas vozes e está se tornou também uma motivação fundamental. Em suma, faço agora o convite para construirmos juntas/os essa troca, dividindo os desafios e celebrações de se constituir intelectual negra, processo sempre construído coletivamente. De certo que este não será um caminho sem equívocos e falhas, contudo, decido compartilhar e confiar as/os leitoras/os minhas reflexões e, quem sabe, tocá-los em alguma medida, como fui para mim durante essa construção.

2 ABORDAGEM CONCEITUAL DE RAÇA, GÊNERO E CLASSE NA FORMAÇÃO SÓCIO HISTÓRICA BRASILEIRA

[...] Tipo um girassol, meu olho busca o sol
 Mano, crer que o ódio é solução
 É ser sommelier de anzol
 Barco a deriva sem farol
 Nem sinal de aurora boreal
 Minha voz corta a noite igual um rouxinol

Tudo que bate é tambor
 Todo tambor vem de lá
 Se o coração é o senhor, tudo é África
 Pois em prática, essa tática, matemática falou
 Enquanto a terra não for livre, eu também não sou
 Enquanto essa história de quem tá por vir, eu vou
 Jantar com as menina enquanto germina o amor
 É empírico, e onírico, meio pírico, meu espírito
 Quer que eu tire de tua dor

Quer mil volta descarga de tanta luta
 Adaga que rasga com força bruta
 Deus, por que a vida é tão amarga?
 Na terra que é casa da cana-de-açúcar
 E essa sobrecarga fruto gueto
 Embarga e assusta seu suspeito
 Recarga que é igual a Jesus
 No caminho da luz, todo mundo é preto

Simbora que o tempo é rei
 Vive agora não há depois
 Ser tempo da paz como um cais que vigora nos maus
 lençóis
 É um dois um dois conjunto playboy como monge sois
 Fonte como sóis, num front sem bois, forte como nós
 Lembra a rua é nós

Tudo, tudo, tudo, tudo que nós tem é nós
 Tudo, tudo, absolutamente tudo que nós tem é
 Tudo que nós tem é isso, uns ao outro
 Tudo o que nós tem é uns ao outro, tudo [...]

Emicida, 2019

Como ponto de partida para trilhar a construção desse trabalho é de fundamental importância compreender os elementos raciais, de classe e gênero, bem como, de que forma se deu a construção sócio-histórica brasileira, que possui um caráter essencialmente sexista, racista e desigual. Para isto, utilizaremos as elaborações de intelectuais negras (os). No primeiro momento, pretendo trazer o

conceito de raça, etnia, preconceito e discriminação raciais, suas diferenças e repercussões na estrutura social.

Abordo também, a posteriori, a dimensão do racismo estrutural e sua influência nas relações sociais, sobretudo na sociabilidade de mulheres negras, trazendo a perspectiva da interseccionalidade partindo da compreensão que homens negros e mulheres negras não experienciam o racismo de maneira semelhante, uma vez que essas mulheres estão imersão também na lógica patriarcal, que articulada com o sistema racial gera manutenção desta hierarquização social.

Para mais, é sabido que as elaborações sobre os temas supracitados são complexas e dinâmicas, sendo assim, não é minha intenção fazer um estudo aprofundado em função dos limites deste TCC, não impossibilitando uma abordagem mais completa em próximos escritos.

2.1 FORMAÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DO BRASIL SOB O PONTO DE VISTA DOS (AS) INTELLECTUAIS NEGROS(AS).

Para compreender as vivências das mulheres negras na academia precisaremos retornar a compreensão da construção da sociedade brasileira, essencialmente racista, sexista e desigual. Exploraremos nesse primeiro momento cada uma das categorias¹³ que expressa esse caráter, a saber: gênero, raça, racismo, discriminação e preconceito racial, partindo da análise de que tudo é interseccional e que ainda que expostas separadamente, com objetivo de facilitar a compreensão, essas estruturas de dominação atuam em comunhão nas engrenagens das sociedades capitalistas, não obstante a brasileira.

Quando discorreremos sobre gênero é salutar a apreensão desta como uma categoria de análise que se propõe a superar e ultrapassar o conceito biológico do homem e mulher, dito de outra forma, gênero é uma construção sociocultural e não

¹³ Tem-se ainda a categoria etnia, da qual não me aprofundarei neste trabalho por opção metodológica. C.f. MUNANDA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In: Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira [S.I: s.n.], 2004

biológica, que cumpri uma função política nas distribuições de papéis sociais (STOLCKE, 1991; GUEDES, 1995).

O gênero se torna, aliás, uma maneira de indicar as “construções sociais” – a criação inteiramente social das idéias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres. É uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres. O gênero é segundo essa definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado. (SCOTT, 1989, p. 7)

Dessa forma, gênero expressa uma relação de poder entre homens e mulheres, desdobrando no sexismo¹⁴, que como estrutura de dominação muito se assemelha ao racismo, como apontando por Ina Kenner (2012)

Os paralelos entre sexismo e racismo são nítidos e claros. Cada um deles incorpora falsas suposições sob a forma de mito. E, assim como o racista é aquele que proclama, justifica ou pressupõe a supremacia de uma raça sobre outra, da mesma forma, o sexista é aquele que proclama, justifica ou pressupõe a supremacia de um sexo (adivinha tal) sobre o outro.¹⁵ (p.46)

Posto isto, observo que existe um movimento contemporâneo de elaborações que tragam “um recorte racial” ou “um recorte de gênero” nos diversos temas, dentre eles a formação sócio-histórica brasileira e as teorias sociais, esse mecanismo, contudo é uma grave falácia conceitual, uma vez que não se pode “recortar” de uma análise conceitos que dela é estruturantes. Sendo assim, é dessa primícia que se constrói esse capítulo, assim como nos aponta Beatriz Nascimento (1974).

Entretanto, para o entendimento de nossa sociedade é necessário conhecer um elemento de suma importância na sua formação histórica. Esse elemento por não pertencer, em sua maioria, às camadas mais altas da população, tem um acesso minoritário àqueles círculos considerados cultos, o que impede de participar de discussões consideradas esnobes (no Brasil é considerado “esnobismo” discutir ou interpretar os aspectos pluralísticos do nível ideológico da sua formação social). O elemento a que nos referimos é o negro brasileiro, que só pode ser entendido a partir de um estudo profundo da ideologia nacional e das suas implicações num todo social, do qual, por força do preconceito racial (dentro daquela ideologia), é posto à margem (p. 65).

Ao falarmos de raça no Brasil estamos tratando de um conceito histórico, que ao longo das décadas recebeu diferentes significados ou definições. A primeira delas vem da zoologia e da botânica e apresenta a ideia de divisão da espécie humana em subespécies, tal como era com os animais e plantas, esse conceito foi

¹⁴ Discriminação baseada no sexo ou gênero de alguém.

¹⁵ Disponível em: <https://repository.duke.edu/dc/wlmpc>

então exportado para as relações sociais sem considerar as especificidades inerentes desse processo, gerando uma leitura social pautada na estratificação e hierarquização das pessoas relacionada aos aspectos morais, psíquicos e intelectuais, legitimando assim o ideal de raças superiores e inferiores dentro da dinâmica societária, baseadas tão somente em traços fenótipos.

Essa abordagem foi refutada cientificamente a partir dos avanços de estudos sobre a genética no século XX, contudo, vale ressaltar que esta forma de classificação entre os seres humanos resiste até hoje no imaginário coletivo e na terminologia científica, dividindo os seres humanos em três raças, branca, negra e amarela. O grande problema dessa divisão de acordo com Munanga (2003) é que os naturalistas do século XVIII e XIX não resumiram suas análises a características físicas, se assim fosse essa noção já teria sido superada ao longo da história, contudo ele afirma que:

Infelizmente, desde o início, eles se deram o direito de hierarquizar, isto é, de estabelecer uma escala de valores entre as chamadas raças. O fizeram erigindo uma relação intrínseca entre o biológico (cor da pele, traços morfológicos) e as qualidades psicológicas, morais, intelectuais e culturais. Assim, os indivíduos da raça “branca”, foram decretados coletivamente superiores aos da raça “negra” e “amarela”, em função de suas características físicas hereditárias, tais como a cor clara da pele, o formato do crânio (dolicocefalia), a forma dos lábios, do nariz, do queixo, etc. que segundo pensavam, os tornam mais bonitos, mais inteligentes, mais honestos, mais inventivos, etc. e conseqüentemente mais aptos para dirigir e dominar as outras raças, principalmente a negra mais escura de todas e conseqüentemente considerada como a mais estúpida, mais emocional, menos honesta, menos inteligente e, portanto a mais sujeita à escravidão e a todas as formas de dominação. (p.5)

Já no século XX, impregnados pelos valores de hierarquização, surgem intelectuais e acadêmicos que vão cunhar o que Munanga (2003) chama de “teoria pseudo-científica”, que terá como objetivo legitimar a dominação das camadas tidas como superiores. Nesse sentido, salienta (Moura, Glóvis. 1994) que a “questão racial é essencialmente política e não apenas científica.”

Nesse caminho, Munanga (2003) vai afirmar que “raça tal como o empregamos hoje, nada tem de biológico. É um conceito carregado de ideologia, pois como todas as ideologias, ele esconde uma coisa não proclamada: a relação de poder e de dominação.”. Atrelado ao conceito de raça tem-se a definição de racismo, criado por volta dos anos 1920 e que se apresenta a partir da justificativa biológica para determinados comportamentos, é uma ideologia de dominação que cumpri um

papel social, ideológico e político que está sujeito a mudança ou alteração (MOURA, Clóvis. 1994).

É a partir do racismo e do patriarcalismo, enquanto estruturas de dominação, circunscrita na lógica capitalista, que se construiu a sociedade brasileira tal qual conhecemos hoje. Ademias, é preciso também demarcar o caráter basilar que tem a escravização nessa sociedade, é através desse terreno calcado por séculos de subordinação, expropriação e inferiorização dos negros e negras que se solidificam esses mecanismos de produção e reprodução de vulnerabilidades, dos quais não atingem as/os sujeitas/os isoladamente, mas sim conjuntamente no elo da interseccionalidade.

Durante os 300 anos em que a população negra esteve escravizada, inúmeras foram as ações de resistência, ao contrário do que insiste nos contar os livros de história da educação básica, os/os africanos/as escravizados/as nunca estiveram pacíficos nesse processo, tencionando a burguesia escravocrata, fato que possibilitou conquistas fundamentais, tais quais, Lei Eusébio de Queirós (1850), Lei do Ventre Livre (1871) e a Lei dos Sexagenários (1885). Após décadas de resistência, em 13 de maio de 1888, será promulgada a Lei Áurea que extinguiu o trabalho escravo no Brasil, este passa a ser um marco legal é fundamental, todavia, em análises concretas se libertam milhares de escravizados sem qualquer projeto de integração social ou políticas reparatórias, como ilustrado pelo cantor Lazzo Matumbi¹⁶ “No dia 14 de maio eu sai por ai, não tinha trabalho, nem casa, nem pra onde ir, levando a senzala na alma, eu subi a favela, pensando em um dia descer, mas eu nunca descí.”

Para mais, a constituição do Brasil como Estado-nação escamoteia a manutenção e aprofundamento de uma hierarquização social que solidificará bases para sociabilidades engendradas pelo racismo. Retornemos, portanto a Clóvis Moura (1994) para apontar que:

O racismo é um multiplicador ideológico que se nutre das ambições políticas e expansionistas das nações dominadoras e serve-lhe como arma de combate e de justificativa para os crimes cometidos em nome do direito biológico, psicológico e cultural de “raças eleitas” (p.2)

¹⁶Música *14 de Maio*, composta por Jorge Portugal e Lazzo Matumbi. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/lazzo-matumbi/14-de-maio/> Acesso em: 31/05/2021

Diante do exposto, quando abordamos racismo é basilar apontar seu caráter estrutural e estruturante das relações sociais que integra aspectos ideológicos, culturais, econômicos e políticos, é um mecanismo que se sofisticou para atender as necessidades da dominação do tempo histórico que está inserido, trago Silvio de Almeida (2019) ¹⁷no trecho:

A tese central é a de que o racismo é sempre estrutural, ou seja, de que ele é um elemento que integra a organização econômica e política da sociedade. Em suma, o que queremos explicitar é que o racismo é a manifestação normal de uma sociedade, e não um fenômeno patológico ou que expressa algum tipo de anormalidade. O racismo fornece o sentido, a lógica e a tecnologia para a reprodução das formas de desigualdade e violência que moldam a vida social contemporânea. (p.15)

Sendo o racismo inerente desta ordem social, Almeida (2019) retoma a perspectiva que esta ordem é construída por conflitos raciais, de classe, de gênero, sexuais, e que as instituições, enquanto materializações dessa estrutura serão racistas, uma vez que a sociedade também seja, contudo, o autor acentua que apesar de estrutural o racismo não é uma condição posta e incontornável ou ainda que os indivíduo ou instituições que cometem atos discriminatórios não devam ser pessoalmente responsabilizados, e que exatamente por compreendermos o racismo como estrutural é que somos mais responsáveis por seu combate, uma vez que

A mudança da sociedade não se faz apenas com denúncias ou com repúdio moral do racismo: depende, antes de tudo, da tomada de posturas e da adoção de práticas antirracistas.

Nessa direção, apontamos ainda as diferenças entre preconceito e discriminação racial, a partir das concepções de Almeida (2019). O preconceito racial é definido pelo julgamento em relação a algo ou alguém baseado em estereótipos racializados, podendo ou não em práticas discriminatórias, já a discriminação racial é a aplicabilidade de um modo de ver, agir e tratar diferenciadamente membros de um grupo racializado, tendo por base a relação de poder, gerando vantagens e desvantagens através da raça que terão como consequências aspectos pessoais à estratificação social.

¹⁷ Cf. ALMEIDA, Silvio Luiz de. O que é racismo estrutural? Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

A discriminação racial se desdobra ainda em quatro tipos: 1- discriminação direta, repúdio ostensivo a indivíduos ou grupos a partir da sua condição racial; 2- discriminação indireta, quando as necessidades ou especificidades de um grupo específico são ignoradas, sem levar em consideração as diferenças sociais concretas; 3- discriminação positiva – a possibilidade de tratamento diferenciado para grupos discriminados historicamente com intuito de corrigir desvantagens; 4- discriminação negativa – aquela que causa prejuízos e desvantagens sistemáticas. (Almeida, 2019)

É importante pontuar como todos esses mecanismos de dominação se sofisticam a medida que as sociedades e suas relações vão se desenvolvendo, atuando no plano cultural, simbólico, material, econômico e interpessoal, sem perder o caráter estrutural. É a partir dessa dinâmica que as mulheres vão ocupar a base da pirâmide social e sofreram sistemáticas opressões que tentaram minar seu deslocamento nessa estrutura a partir das dimensões epistêmicas, institucionais e pessoais¹⁸.

2.2 RACISMO NOSSO DE CADA DIA, REFLEXÕES SOBRE O MITO DA DEMOCRACIA RACIAL E A CONSTRUÇÃO DA MULHER NEGRA.

No Brasil a partir dos anos 1933, cunhado pelas ideias de Gilberto Freyre, uma concepção que com o passar dos anos passa a ser conhecida como “democracia racial” começa a se desenhar no cenário intelectual, grosso modo essa concepção fala do desenvolvimento de um processo de colonização diferenciado no Brasil, no qual, através da miscigenação, os povos “menos civilizados” seriam incorporados a sociedade, possibilitando margens de mobilidade social dos não brancos. Essas idéias ganharam por um bom tempo, cerca de 20 anos, a conotação

¹⁸ KERNER (2012) apresenta as dimensões do racismo e do sexismo dispostas como, dimensão epistêmica relacionada a discursos e saberes, símbolos e imagens, dimensão institucional que diz respeito aos arranjos institucionais que produzem formas estruturais de hierarquização e de discriminação e a dimensão pessoal, tratando das atitudes, mas também da subjetividade e identidade das pessoas.

de um ideal político de convivência igualitária entre brancos e negros (Guimarães, 2002).

Somente a partir da chamada “Escola Paulista de Sociologia” que a perspectiva de mito da democracia racial, que depois é exposta por Florestan Fernandes (1965) trazendo que essa democracia racial seria apenas um discurso de dominação política e não algo que efetivamente existia, seria usado apenas para desmobilizar a comunidade negra; como um discurso de dominação, seria puramente simbólico, sua outra face seria justamente o preconceito racial e a discriminação sistemática dos negros (Guimarães, 2003).

Pontuando a importância histórica e as diversas ações dos movimentos organizados dos anos 1960 e 1970 como exemplo o Teatro experimental do negro, peço licença para realizar aqui um pequeno salto temporal. Avançaremos então para 1978, em surgirá nesse cenário de disputa ideológica o Movimento Negro Unificado para reforçar a denúncia da democracia racial como mito e reivindicar o lugar da raça como identidade positiva.

Apesar dos esforços construídos pelo MNU, as sistemáticas articulações para invisibilização e inferiorização da população negra produziram consequências econômicas, sociais, políticas e simbólicas, perpetuando no imaginário social, de negros e não negros, a retratação desses indivíduos como subalternos, criminosos em potencial e de intelectualidade questionável. No que tange as mulheres negras, Farias (2018) vai dizer que “a introjeção do racismo e do sexismo perpassam a dimensão total do ser, ocasionando assim, a crença numa inferioridade moral, intelectual, física, psicológica e social do negro.”

Destarte, Hooks (1995) coloca que a mulher negra é percebida como um corpo sem mente, sendo a ela atribuídos aspectos primitivos e eróticos que reforça, propositalmente, o suposto status de inferior. Engendrado nesse pensamento de uma “dita” inferioridade em relação ao branco, se constrói o corpo negro na sociedade como propõe Fanon (2008):

Se ele se encontra a tal ponto submerso pelo desejo de ser branco, é que vive em uma sociedade que torna possível seu complexo de inferioridade, em uma sociedade cuja consistência depende da manutenção desse complexo, em uma sociedade que afirma a superioridade de uma raça; é na medida exata em que esta sociedade lhe causa dificuldades que ele é colocado em uma situação neurótica. (p.95)

Diversos autores e autoras assim como Frantz Fanon vão alertar para as consequências do racismo e, no caso das mulheres negras do sexismo, na mente e na construção identitária dos/as sujeitos/as. O racismo produz dor e sofrimento, no plano físico, mas também no simbólico e psicológico, destruindo trajetórias e marcando completamente as relações interpessoais e autoimagem da pessoa negra, podemos observar como exemplo desse ponto a fala de Nzinga¹⁹ quando ela diz *“apontaram a minha raça quando eu era criança... eu achava que não merecia amor por ser negra, não era digna de cuidado por ser negra, era feia por ser negra.”*

Nesse sentido, nossa entrada e permanência, em um espaço que foi estruturado para não nos receber, representam a maior das insurgências, permeadas pelo desafio diário de (re) construir uma autoimagem e uma identidade positivas, dito de outra forma, a intelectualidade é o desafio da resistência. Nas palavras de Milton Santos (1997):

Ser intelectual é exercer diariamente rebeldia contra conceitos assentados, tornados respeitáveis, falsos. É, também, aceitar, o papel de criador e propagador do desassossego e o papel de produtor de escândalo, se necessário (p. 18)

Para mais, quando adicionada à categoria negra ao papel da intelectualidade, têm-se, a partir da visão de afirma Nilma Lino Gomes (2009):

São intelectuais, mas um outro tipo de intelectual, pois produzem um conhecimento que tem como objetivo dar visibilidade a subjetividades, desigualdades, silenciamentos e omissões em relação a determinados grupos sócio-raciais e suas vivências. Para tal, configuram-se como um coletivo, organizam-se e criam associações científicas a fim de mapear, problematizar, analisar e produzir conhecimento. E aqui se localizam os intelectuais negros (p. 422).

Sob esse olhar, as intelectuais negras adicionam sentido político e prático a suas produções e constroem reflexões e inflexões epistemológicas que ampliaram no lócus acadêmico uma produção que vai demarcar as negras e negros como sujeitas/os participantes e não mais objetos de estudos sob suas vivências, culturas, religiões ou saberes.

¹⁹ Relembro o uso de nomes fictícios para me referir à autora em questão, a fim de preservar sua identidade.

3 MULHERES NEGRAS, ACADEMIA E SOFRIMENTO PSÍQUICO

Seu nome era dor
 Seu sorriso
 Dilaceração
 Seus braços e pernas, asas
 Seu sexo seu escudo
 Sua mente libertação
 Nada satisfaz seu impulso
 De mergulhar em prazer
 Contra todas as correntes
 Em uma só correnteza
 Quem faz rolar quem tu és?
 Mulher!...
 Solitária e sólida
 Envolvente e desafiante
 Quem te impede de gritar
 Do fundo de sua garganta
 Único brado que alcança
 Que te delimita
 Mulher!
 Marca de mito embotável
 Mistério que a tudo anuncia
 E que se expõe dia-a-dia
 Quando deverias estar resguardada
 Seu ritus de alegria
 Seus véus entrecruzados de velharias
 Da inóspita tradição irradias
 Mulher!
 Há corte e cortes profundos
 Em sua pele em seu pelo
 Há sulcos em sua face
 Que são caminhos do mundo
 São mapas indecifráveis
 Em cartografia antiga
 Precisas de um pirata
 De boa pirataria
 Que te arranques da selvageria
 E te coloque, mais uma vez,
 Diante do mundo
 Mulher.

(Nascimento, Beatriz, 2015. p.32)

Na experiência brasileira, as universidades começam a surgir no século XIX, com a vinda da família real portuguesa para sua colônia, esses espaços tinham como público alvo os filhos e filhas das elites rurais dominantes e vão se localizar nas principais capitais, Salvador, São Paulo e Rio de Janeiro. Desse modo, a academia terá desde sua gênese um caráter elitista e excludente, sendo criadas e estruturadas de modo que produza e reproduza ideais racistas, sexistas, colônias e

eurocêntricas, contribuindo para a consolidação do imaginário social negro negativo e inferiorizado (SCHWARCZ, 1993).

Nessa direção, pode-se compreender a universidade como um local de disputas de poder, ideologias e de projetos societário, que vai refletir a ordem fundamental da sociedade na qual está inserida. Assim sendo, os valores racistas, sexistas, classistas e excludentes nos quais se constituiu a sociedade brasileira vão se expressar também no ambiente acadêmico, espaço que, portanto, não será neutro ou apenas produtor de conhecimento e ciências, mas sim um espaço de violências e manutenção de hierarquias, como suscita Grada Kilomba(2019)e segue apontando que:

A hierarquia introduz uma dinâmica na qual a negritude significa não somente “inferioridade”, mas também “estar fora do lugar” enquanto a branquitude significa “estar no lugar” e, portanto, “superioridade” [...] No racismo, corpos negros são construídos como corpos impróprios, como corpos que estão “fora do lugar” e, por essa razão, corpos que não podem pertencer. Corpos brancos, ao contrário, são construídos como próprios, são corpos que estão “no lugar”, “em casa”, corpos que sempre pertencem. Eles pertencem a todos os lugares: na Europa, na África, no norte, no sul, leste, oeste, no centro, bem como na periferia. Através de tais comentários, intelectuais negros/os são convidadas/os persistentemente a retornar a “seus lugares”, “fora” as academia, nas margens, onde seus corpos são vistos como “apropriados” e “em casa”. (p.56)

A partir disso, podemos começar a entender as visões que colocam os conhecimentos produzidos por pessoas negras no campo da subalternização, sobretudo se estes forem produzidos por mulheres negras, uma vez que a interseção entre sua condição racial e de gênero as coloca ainda mais inferiorizada dentro dessa “racionalidade” excludente. Ora, uma vez que foram destinadas para nós mulheres negras o epicentro da subjugação, para seu antônimo, o homem branco, todas as honrarias dessa ciência fundamentada na reprodução das relações sociais de poder que vai definir as “verdades” universais.

Destarte, trago a noção de epistemicídio de Boaventura de Souza Santos (2010), que nos ajuda a elucidar as sistemáticas formas de apagamento das negras e negros, tanto na esfera física, quanto no desmerecimento e extermínio dos conhecimentos produzidos por esse povo. A regra geral é aniquilar esses corpos, literal e simbolicamente, para a manutenção da “superior” branco e a nós coube o lugar da resistência, como aponta bell hooks (1990) onde há opressão, há resistência.

Nessa direção, os movimentos sociais, sobretudo o movimento negro, passam a reivindicar medidas compensação para a população historicamente marginalizada. Nesse momento, no fim da ditadura militar e início do período de redemocratização brasileira, que começa a se desenhar as políticas de ações afirmativas, que irão modificar drasticamente a composição das universidades no Brasil.

3.1 MULHERES NEGRAS E EDUCAÇÃO SUPERIOR: DESAFIOS E CAMINHOS ATÉ A UNIVERSIDADE

A mais antiga experiência com ação afirmativa vem da Índia, nos anos 1950, destinada aos grupos marginalizados pelo sistema de castas. Já em 1964 os Estados Unidos passaram a adotar medidas similares para negros, que ganharam força a partir das décadas de 1970 e 1980. Outros países como a África do Sul, Malásia, Canadá, China, Sri Lanka, Irlanda do Norte e Colômbia aplicam algum tipo de ação afirmativa (Daflon e Feres Jr, 2013). Como anteriormente dito, no Brasil, tendo como atores o movimento negro e os movimentos sociais democráticos, as reivindicações acerca de medidas de compensação para os grupos historicamente vulnerabilizados ganham força nos meados da década de 70, com a chamada redemocratização do país.

De certo modo, existia nesse momento certa receptividade por parte do governo federal, gerido por Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), que possibilitaram que o debate racial tomasse corpo. Contudo, tais avanços se restringiram ao campo do discurso, uma vez que em 1983o Congresso Nacional vai rejeitar o primeiro projeto de lei baseado na proposta de políticas afirmativas, de autoria do então deputado Abdias do Nascimento²⁰, que propunha entre outras coisas, a reserva de 40% nas escolas e universidades das vagas municipais, estaduais e federais para estudantes negros, bem como inclusão dos conteúdos sobre a história da África e do negro de forma positiva nos currículos escolares e acadêmicos.

²⁰Informações coletadas do site da SEPPIR
><https://www.gov.br/mdh/pt-br/centrais-de-conteudo/consultorias/seppir>< Acesso em: 05/06/2021

Com a Constituição Federal de 1988 definiu-se um importante marco legal para engrossar o “caldo” das reivindicações acerca das ações afirmativas, uma vez que é nela que aparece o princípio da equidade e o Estado passa a reconhecer, a passos lentos, as discriminações de raça, gênero, etnia e deficiências. Em 1995 teremos agora outro marco, dessa vez nas lutas do movimento negro, com a Marcha Zumbi dos Palmares contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida, trazendo mais uma vez as reivindicações contra a exclusão e marginalização social destinada a população negra através do Programa de Superação do Racismo e da Desigualdade Racial, pautando entre outras coisas, bolsas para jovens negros de renda baixa para ingresso e conclusão escolar e elaboração de políticas afirmativas para o acesso dos negros a todos os níveis de ensino (MOEHLECHE, 2002).

Em 1996, a partir do Decreto n.º 1.940, se estabelece o Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH, onde o governo assumirá o compromisso de realizar estratégias de combate as desigualdades raciais com execuções a curto, médio e longo prazo. Entre aquelas consideradas de rápida implantação, constavam apoios a grupos de trabalho e a criação de conselhos; inclusão do quesito cor em todos e quaisquer sistemas de informação e registro sobre a população negra e bancos de dados públicos; estímulo à presença dos grupos étnicos que compõem a população brasileira em propagandas institucionais do governo federal; apoio às ações da iniciativa privada que realizem "discriminação positiva". Para as proposições de médio e longo prazo, destacavam-se a formulação de políticas compensatórias que promovam social e economicamente a comunidade negra, alteração do conteúdo de livros didáticos, bem como a ampliação do acesso de entidades da comunidade negra aos diferentes setores do governo economicamente a comunidade negra, alteração do conteúdo de livros didáticos, bem como a ampliação do acesso de entidades da comunidade negra aos diferentes setores do governo (BRASIL, 1996).

Apesar deste e outros diversos projetos formulados para a melhoria das condições de vida da população negra, apenas em 2001 é que temos dois grandes avanços primordiais. O primeiro dele é a "Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial e a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância", realizada na África do Sul, onde o Brasil tem papel atuante e trata como temas prioritários as áreas de saúde, educação e trabalho, como vai ratificar a Declaração de Durban(2001):

Art.108: Reconhecemos a necessidade de se adotarem medidas especiais ou medidas positivas em favor das vítimas de racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata com o intuito de promover sua plena integração na sociedade. As medidas para uma ação efetiva, inclusive as medidas sociais, devem visar corrigir as condições que impedem o gozo dos direitos e a introdução de medidas especiais para incentivar a participação igualitária de todos os grupos raciais, culturais, lingüísticos e religiosos em todos os setores da sociedade, colocando todos em igualdade de condições. (p.67)

O segundo avanço diz respeito ao estado o Rio de Janeiro, que vai aprovar a Lei 3708/01 que em seu artigo 1.º estabelece a cota mínima de até 40% para a população negra e parda no preenchimento das vagas relativas aos cursos de graduação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ e da Universidade Estadual do Norte Fluminense - UENF. Apenas em 2012 será sancionada a lei que estabelecerá o sistema de cotas nas universidades e instituições federais – Lei nº 12.711/2012 estabelecendo que:

As instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas. (BRASIL, 2012, não paginado)

Um destaque importante é que, dentro desta quantidade, 50% estariam destinados a estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário - mínimo e essas vagas deveriam ser preenchidas obrigatoriamente por pessoas autodeclaradas pretas, pardas, indígenas ou com deficiência (BRASIL,2012). Apesar deste marco legal, algumas universidades aderiram ao sistema de cotas anteriormente a este, a saber: a Universidade do Estado da Bahia – UNEB em 2002, a Universidade de Brasília em 2004 e a Universidade Federal da Bahia – UFBA, também em 2004.

Ademais, outras mudanças e políticas fundamentais se desenvolveram nesse lapso temporal entre os anos 2001 a 2012 construído acima, das quais citarei brevemente em função da profundidade do estudo²¹. A primeira parte dessas

²¹ Para maiores informações sobre a temática sugiro a leitura do texto – Políticas da Igualdade Racial no Ensino Superior, de Verônica Daflon e João Junior Feres e Desigualdades Raciais e Políticas Públicas: ações afirmativas no governo Lula, de Márcia Lima, disponíveis respectivamente em: <https://doi.org/10.12957/cdf.2014.14229> e <https://doi.org/10.1590/S0101-33002010000200005>

políticas se consolidou ainda no governo de Fernando Henrique Cardoso²², a saber: a criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR em 2003, onde o movimento negro passa a participar da discussão e formulação de políticas públicas; O Programa Universidade para Todos – ProUni é criado em 2004 e se institucionalizarem 2005, promovendo o aproveitamento de cerca de 100 mil vagas ociosas nas universidades por estudantes de baixa renda, e representa a “principal modalidade de ação afirmativa aplicada ao ensino superior privado e a política de maior impacto” (Daflon e Feres Jr, 2014) associado a esta reflexão, Márcia Lima vai apontar que:

Embora seja possível afirmar que no governo Fernando Henrique Cardoso já havia iniciativas federais voltadas à população negra, a análise dos documentos do período revela que a estratégia discursiva e a política deste governo foi promover o reconhecimento sem investimentos no aspecto redistributivo, embora a desigualdade racial fosse a principal justificativa para as políticas de valorização da população negra, aliás, expressão fartamente encontrada nos documentos oficiais deste período (p.4)

Destarte, no governo de Luís Inácio Lula da Silva, como estratégia se aplica a manutenção do FIES e o ProUni permitindo aos alunos de baixa renda financiar ou isentar-se de mensalidade e é adicionado o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, que vai aumentar a oferta de vagas nas universidades federais, bem como construir e ampliar novas unidades e campi.

Para mais, todas as políticas de inserção na educação básica ou superior não encerram por si só as desigualdades estruturais do Brasil, uma vez que garantido esse acesso é de fundamental urgência o olhar para a permanência desses grupos historicamente violado. Nesse sentido, para nós mulheres negras romper a lógica de exclusão de acesso é apenas uma fina camada que escamoteará a luta constante da permanência de deriva das estruturas racistas e sexista basilares desta sociedade brasileira.

De acordo com o IBGE (2018) ²³entre os jovens de 25 anos ou mais, 33,9% das mulheres possuíam ensino superior completo e 27,7% dos homens ocupava

²²Foi também neste governo que, como resultado das lutas do movimento negro, o Estado Brasileiro reconheceu pela primeira vez que é racista, o que resulta em um deslocamento da luta antirracista para uma dimensão institucional

²³ Dados coletados da pesquisa intitulada *Estatísticas de Gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil*, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

este mesmo lugar, quando se adiciona a categoria cor ou raça ²⁴discrepâncias maiores começam a se apresentar, 44,2% da população branca completou o ensino superior, contra 17,4% da população negra. Nessa direção, quando os dados se referem a homens e mulheres brancos/as em relação a homens e mulheres negros/as os dados mostram que 20,7% de homens brancos e 23,5% de mulheres brancas finalizam o ensino superior, enquanto 7% dos homens negros e 10,4% das mulheres negras conseguem alcançar essa posição.

Retomando a discussão exposta nessa sessão, os caminhos percorridos até a universidade para o corpo negro permeiam a rejeição tanto do seu sujeito, quando de seus conhecimentos, a validação de ideais de superioridade de brancos para com não brancos e do mérito, as disputas políticas e ideológicas e as lutas históricas e constantes dos diversos atores da sociedade para garantia de condições mínimas de acesso e permanência dessa população. Nessa direção, poderia então essa trajetória ser realizada sem qualquer sofrimento psíquico? Segundo Grada Kilomba (2019) a experiência do racismo [e do sexismo] cotidiano é traumática, como acadêmicas/os negras/os estamos “transformando configurações de conhecimento e poder à medida que nos movemos entre limites opressivos, entre a margem e o centro”, está no lugar diário de violência e resistência de certo não é uma tarefa fácil, tarefa essa que reproduzirá nas negras e negros experiências únicas.

3.2 ESTUDANTES NEGRAS NA UFBA: INDICADORES DE DESIGUALDADE DE GÊNERO E RAÇA.

O processo de entrada no ensino superior representa um marco crucial nas análises das vivências acadêmicas das estudantes negras, sobretudo pela subversão de uma lógica que se estrutura para garantir empecilhos sistemáticos ao nosso acesso e permanência. As mulheres negras historicamente foram destinadas a esfera do privado, ao espaço doméstico, as funções do cuidado e pelo imaginário de ausência de intelectualidade, como explicita Bell hooks (2005):

²⁴ O IBGE define como negros o conjunto de pessoas autodeclaradas pretas e pardas.

Na verdade, dentro do patriarcado capitalista com supremacia branca toda a cultura atua para negar às mulheres negras a oportunidade de seguir uma vida da mente, torna o domínio intelectual um lugar interdito. [...] A insistência cultural em que as negras sejam encaradas como empregadas domésticas, independente de nosso status no trabalho ou na carreira assim como a aceitação passiva desses papéis pelas negras talvez sejam o maior fator a impedir que mais negras escolham tornar-se intelectuais (p. 468).

É nesse movimento contra-hegemônico que as universidades e faculdades, sobretudo através das políticas de cotas e ações afirmativas, têm cada vez mais se “pintado” de povo. Segundo a *V Pesquisa do Perfil Socioeconômico dos Estudantes de Graduação das Universidades Federais*, realizada pela Andifes²⁵ em 2018, a maioria das/os estudantes possuem entre 24 - 43 anos, dos quais 48,3% acessaram as universidades pelo sistema de cotas. Analisando pelo critério socioeconômico, o percentual de estudantes inseridos na faixa de renda mensal familiar per capita até 1,5 salários mínimos chegou a 70,2%, outro importante dado diz respeito ao quesito raça/cor, nessa pesquisa é desvelada a crescente de estudantes autodeclarados pretos ou pardos, chegando à marca de 51,2%, além do crescimento exponencial do número de aldeados e pretos quilombolas, para mais, as mulheres seguem ascendendo dentro do ambiente universitário, alcançando 54,6% da população.

A referida pesquisa traz também dados cognisíveis a respeito da moradia estudantil, informando que 22,8% dos/das estudantes não residem no município onde cursa a graduação, 23,69% gastam mais de 1 hora e 39,6% percorrem mais de 10 km no trajeto até a universidade, bem como, que do total de discentes, 29,9% são trabalhadores/as, dos quais 45,9% realizam essa função por mais de 30 horas semanais, sendo que o tempo de aula na graduação em cursos de meio período geralmente é de 20 horas semanais, sem contar o tempo de estudo necessário extraclasse, é importante ressaltar também que 24,4% dos/das ocupados/as são estagiários/as, sendo os/as demais trabalhadores/as formais e informais.

²⁵A pesquisa de perfil socioeconômico dos (as) estudantes de graduação das Instituições Federais de Ensino Superior é um levantamento realizado, desde 1996, pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis (FONAPRACE) - vinculado à Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) - com o objetivo de descrever o perfil médio socioeconômico e cultural dos (as) discentes das Instituições Federais de Ensino Superior. Esta pesquisa tem cumprido o relevante papel de instrumentalizar todos (as) os (as) envolvidos (as) na gestão das políticas de assistência estudantil por meio de diagnósticos, análises, acompanhamentos e avaliações. Além do diagnóstico mais preciso para definição de políticas públicas, a defesa da universidade pública, em geral, e da Assistência Estudantil, particularmente, depende de um rigoroso conhecimento de sua realidade social. Disponível em: <http://www.fonaprace.andifes.org.br/site/wp-content/uploads/2019/06/V-Pesquisa-do-Perfil-Socioeconomo%CC%82mico-dos-Estudantes-de-Graduac%CC%A7a%CC%83o-das-U.pdf>. Acesso em: 03/06/2021.

Compatibilizar trabalho e estudo é, então, um malabarismo, pois exige esforços sociais (pessoais, familiares) de monta. Dentre estudantes que fizeram trancamento de matrícula o maior percentual é justamente o de ocupados (21,6%). Mas, dentre estes, não são razões de natureza pedagógica/acadêmica, ou de insatisfação com o curso, de saúde, ou ainda financeira que mais “pegam” os (as) ocupados. Este é um dado muito importante. Mais de 1/3 dos (as) ocupados (as) são afetados (as) pela carga horária excessiva no trabalho (34%), forte indicador de que é o trabalho – e não o estudo em si – o evento que mais interfere em suas vidas e no contexto acadêmico. (Andifes, 2018, p.48)

Em suma, essas informações vão evidenciar fortes traços das consequências das desigualdades sociais circunscritas na estruturas racistas e sexistas, reforçando a necessidade de investimento nas políticas de permanência estudantil. Para nós em contrapartida, segue sendo essencial as estratégias de resistência cotidiana para estar e permanecer num espaço que nos foi historicamente negado.

No que tange a UFBA, os dados produzidos internamente específicos dos/das estudantes, principalmente de mulheres negras, são irrisórios, demonstrando uma grande urgência na sua sistematização. Contudo, apoio-me nos estudos de Heide Damasceno e Magali Almeida (2008) que nos ajudam a pensar o lugar das estudantes negras na Universidade Federal da Bahia.

As autoras vão analisar três boletins UFBA em números, dos anos 2015, 2016 e 2017 respectivamente, todos estes não apresentam nenhum registro sobre o recorte de gênero e raça para estudantes matriculados, docentes, técnico-administrativos e trabalhadores/as terceirizados/as e apenas o último deles traz indicadores de estudantes matriculados por gênero nos campi de Salvador e Vitória da Conquista. Nessa direção, na análise por sexo e campus, em Salvador os dados apontam que 51,2% dos estudantes matriculados são mulheres, enquanto que no campus de Vitória da Conquista esse número chega a 64,5%:

Em ambos os campi a presença feminina é maioria, o que nos confirma que apesar das desigualdades sociais decorrentes das assimetrias de gênero, as mulheres têm aumentado sua representatividade no ensino superior, sem, contudo, ter ganhado visibilidade de nossas necessidades. (DAMASCENO Heide; ALMEIDA, Magali, 2018, p.11)

O supracitado estudo revela duas necessidades centrais, a primeira é o urgente de monitoramento e avaliação dos impactos das políticas de ações afirmativas adotadas, como citado anteriormente, e a segunda seria a realização e

sistematização de pesquisas que registrem as trajetórias de acesso e permanência das mulheres negras nas instituições de ensino superior. Essa ausência de dados desvenda a invisibilidade destinada às acadêmicas negras, conforme bem colocado por bell hooks “essa invisibilidade é ao mesmo tempo em função do racismo, do sexismo e da exploração de classe institucionalizados e um reflexo da realidade de que grande número de negras não escolhem o trabalho intelectual como sua vocação” (1995, p. 467).

3.3 SOFRIMENTO PSÍQUICO E AS EXPRESSÕES DA VIOLÊNCIA E DA RESISTÊNCIA NO ESPAÇO ACADÊMICO

Quando produzimos conhecimento, nossos discursos incorporam não apenas palavras de luta, mas também de dor – a dor da opressão. (KILOMBA, Grada 2019 Apud. Hooks, bell)

A epígrafe que inicial dessa sessão, bem como o decorrer desta, nos ajuda a responder um questionamento levantado anteriormente, se seria possível para as estudantes negras vivenciar a trajetória acadêmica sem qualquer sofrimento psíquico. Para tanto, necessitamos primeiro compreender a noção de sofrimento psíquico e subjetividade, bem como sua relação com a estrutura social.

Segundo Thiago Leão; Aurea Ianni; Carine Goto (2019), o sofrimento é “a expressão de uma metamorfose estrutural da sociedade”, essa compreensão nos ajuda a posicionar o sofrimento psíquico na esfera material e relacional a sociedade na qual os indivíduos pertencem, sem perder, contudo sua perspectiva subjetiva. Como abordam os autores:

Os contornos do sofrimento psíquico, em que pese seu caráter subjetivo, são eminentemente sociais. A maneira como daremos significado ao sofrimento será determinada pelas formas e pelos referenciais sociossimbólicos historicamente situados à medida que nós, igualmente, somos sujeitos históricos [...] o sofrimento nunca é puramente individual, como se houvesse indivíduos sofrendo fora da sociedade. (p.53-54)

De certo que não existe experiência social sem sofrimento, destaca-se também o perigo individualização e/ou naturalização, como afirma Durker (2015, p.219) existimos na “linha de corte entre o sofrimento que deve ser suportado como necessário e o sofrimento que é contingente e pode ser modificado.” Nessa direção, não é precipitado dizer que, em uma sociedade estruturalmente racista e sexista que lança bases da subordinação e hierarquização racial e patriarcal, a experiência de ser mulher negra, por si só, será de forma indissociável produtora de sofrimento psíquico.

A construção da identidade negra é um processo doloroso, a respeito dessa afirmação tem-se o conceito do *banzo*, conhecido como a “doença da alma”, que vai representar a dor ancestral que todas as pessoas negras herdaram em consequência da experiência escravista:

Eram muitos os negros e negras que, acometidos pelo *banzo*, se suicidavam ou entravam em profundo e irreversível estado de depressão psicológica depois de espoliados, vendidos, estuprados, estropiados, escravizados e submetidos às durezas do trabalho, à fome e ao sistema de vigilância permanente em mocambos e senzalas. Os que recorriam ao suicídio utilizavam práticas de afogamento, autossufocação, envenenamento e armas brancas, ou deixavam-se morrer pela inanição e tristeza. (ODA, 2008 apud MENEGAT; DUARTE e FERREIRA, 2020, p.103)

Grada Kilomba (2019) vai dizer que “a experiência do racismo, por ser tão hedionda, não pode de fato ser compreendida cognitivamente e a ela ser atribuído um sentido [...], porém é sentida no corpo”. A autora traz ainda o trauma como experiência direta do racismo, apesar deste ser constantemente negligenciado como consequência psicológica sofrida pelos negros oprimidos/as. Para mais, adicionamos a noção de subjetividade a partir das formulações de Alessandra Xavier, Ana Lima Nunes e Michelle Steiner dos Santos (2008):

Considerando a subjetividade como “experiência de si” ou “modalidade específica de organização subjetiva” (molde para experiências individuais) Mezan (2002) suscita a necessidade de compreender como a subjetividade se forma, a partir da articulação e distinção entre os planos do singular (único, pessoal), particular (próprio a alguns, mas não a todos) e universal (compartilhado com todos os demais da mesma espécie). Dessa maneira, a aprendizagem relaciona-se com a construção de sentidos e significados que irão compor esta experiência de si, ao mesmo tempo em que será por esta experiência em si ressignificado. (p.431)

Esse olhar para subjetividade é fundamental na relação do sofrimento psíquico e a construção de intelectuais negras, sem, contudo perder a dimensão social, uma vez que dentro do patriarcado capitalista racista, as esferas socioeconômicas, políticas, culturais e simbólicas atuam para negar as mulheres negras à possibilidade de nos lembrarmos de suas semelhantes, e, por conseguinte elas mesmas, como representativas de uma vocação intelectual (HOOKS, 1984).

3.3.1 “FORASTEIRAS DE DENTRO”: RELATOS DAS EXPERIÊNCIAS VIVIDAS NA ACADEMIA

Nessa sessão, trago os escritos sensíveis das estudantes negras do Serviço Social da UFBA, como apresentado na metodologia, esses dados são retirados dos trabalhos de conclusão de curso de oito autoras negras. Utilizo aqui como pseudônimo o nome de rainhas africanas, a saber: Nzinga, Anima Makeda, Nanny, Califia, Ndatté Yalla, Idia e Cleópatra, a fim de preservar suas identidades e demarcar a força que as conduziu na trajetória acadêmica.

Para tanto, vemos que reconhecer a academia como possibilidade não é um processo simples, como exemplificado na fala de Nanny *“agradeço por acreditarem que sou capaz e principalmente pelo incentivo frente aos desafios que a UFBA me proporcionou”*. Essa fala reforça o termo outsider que aparece nos escritos de Patricia Hill Collins (2016) para definir as “forasteiras de dentro” ou “estrangeiras de dentro”, é a construção do não lugar e não pertencimento que permeou tanto a realidade de Nanny como a de Anima: *“fui à primeira da minha família a ingressar em uma universidade e não conseguiria isso sem o apoio incondicional da minha família, que sempre acreditou que este poderá ser meu lugar, essa conquista é nossa!”*

Destarte, esses registros tratam também sobre a noção de imagens de controle, elaborado por Hill Collins (2009), a autora define imagens de controle como “as justificativas ideológicas que sustentam a continuidade dos sistemas de dominação racistas e sexistas”, elas “mascaram as contradições das relações sociais, ao retratar mulheres negras através de estereótipos que as desumanizam”. Nas palavras de Nzinga:

Foi observando e vivenciando as consequências da minha história de vida, foi ouvindo mulheres negras, que constatei que a inferioridade, a feiúra, a objetificação dos nossos corpos, que a suposta falta de intelectualidade e que o estigma atribuído a nós não eram nossos não eram nossa culpa. (NZINGA, 2018)

Patricia Hill Collins explicita que as imagens de controle possuem um significado central, diferente dos conceitos de representação e estereótipos, uma vez que a articulação das imagens de controle se dá a partir da autoridade dos grupos dominantes:

Como parte de uma ideologia generalizada de dominação, imagens estereotipadas da feminilidade negra adquirem um significado especial. Como a autoridade para definir valores sociais é um importante instrumento de poder, grupos de elite, no exercício do poder, manipulam idéias sobre a feminilidade negra. Isso se dá a partir da exploração de símbolos já existentes ou a partir da criação de novos símbolos. (BUENO, Winnie. 2019 apud COLLINS, Patricia Hill. p.76)

Nessa direção, vemos como as imagens de controle estão diretamente relacionadas com a matriz de dominação, matriz esta que localiza as estruturas de raça, classe, gênero e sexualidade a partir de como elas operam enquanto sistemas de dominação social. Para mais, quando as imagens de controle e as relações de gênero e raça se entrecruzam no ambiente de relações de poder que é a academia, resta para nós mulheres negras a resistência, nesse bojo a família e os vínculos de desenvolvidos no ambiente universitário tornam-se fundamentais para fortalecer as trajetórias dessas estudantes.

Califa vai iniciar seu trabalho agradecendo sua mãe, *“para minha amada mãe, que me ensinou as artimanhas para sobreviver nesta sociedade, por me mostrar todas as possibilidades de uma vida acadêmica e fazer com que eu me enxergasse nesse espaço, sem sua presença eu já teria desistido”*. Aqui percebemos o quanto é fundamental a relação com a família, sua comunidade de origem, para o fortalecimento das sujeitas.

Makeda compartilha conosco a sua relação com sua avó, que foi fundamental para sua formação:

Dedico este trabalho para minha avó paterna, por lutar para que minha infância não fosse tomada pelo trabalho precoce como foi em sua vida, cuja realidade é marcada pela dedicação compulsória a servir famílias brancas e abrir mão de desfrutar da dignidade de ser criança tão precocemente.

Estudar passou a fazer parte da sua vida a partir dos 60 anos de idade. No entanto, sempre priorizou que seus filhos/as e netos/as (sob seus cuidados) não deixassem de estudar. (MAKETA, 2018)

As estudantes apontam ainda o espaço da academia como lugar de reconhecimento da sua condição racial e de gênero e a posituação da mesma, assim como as motivações para pesquisa serem fruto de suas vivências particulares, como abordado por Idia e Cleópatra respectivamente:

As experiências durante a participação em pesquisas permitem o reconhecimento do seu próprio potencial tanto profissional quanto acadêmico, que por se tratar de alunas negras esse potencial é historicamente questionado, diante de uma sociedade desigual, excludente, racista, sexista e machista. Estar em grupos de pesquisa é uma forma de resistência para as discentes negras que diante dos mandos e desmandos da sociedade capitalista, rompem barreiras e se destacam nesses espaços. (IDIA, 2019)

Uma das primeiras aproximações com o tema, que justifica o estudo, foi a nossa vivência pessoal. Foi feita uma sondagem com algumas mulheres negras da nossa família que passaram pela situação, uma vez que existe um “silenciamento” do racismo na produção científica acerca do tema. (CLEÓPATRA, 2018)

Como dito por Djamila Ribeiro, as mulheres negras, historicamente estavam produzindo insurgências contra o modelo dominante e promovendo disputas de narrativas, pensando novas premissas para desestabilizar “verdades”. É com essa reflexão que Ndatté Yalla (2016) traz em seus agradecimentos, *“obrigada a todo incentivo desde sempre para que eu ousasse buscar novas oportunidades.”*

Destarte, peço licença para trazer um breve relato pessoal, uma vez que me enxergo como semelhante das sujeitas da pesquisa. A trajetória que me trouxe até a entrega deste trabalho foi permeada de descobertas, identificações, novos olhares do que é ser uma mulher preta que se propõe a seguir carreira acadêmica e que por muitas vezes se sentiu inferior ou incapaz disso. Não poderia mensurar a importância da rede de afeto que construí na universidade, foi através dela que pude reconhecer esse lugar como casa, todo apoio, dedicação e afeto dessa e dos meus pais me fizeram chegar aqui e acreditar que este é só o início de um caminho longo e fundamental.

O afeto é revolucionário!

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse trabalho, busquei analisar as vivências acadêmicas das estudantes negras do curso de Serviço Social na UFBA, a partir do sofrimento psíquico em decorrência do racismo e sexismo estrutural. Essa análise sustenta-se a partir da compreensão da sociedade brasileira estruturalmente racista e patriarcal, que se organiza a partir da hierarquia racial e a interseção dos mecanismos de opressão.

Esse processo foi, com certeza, desafiador, não apenas pela importância da temática, mas também pelo meu reconhecimento pessoal no objeto estudado. Não pretendo findar aqui os estudos e reflexões acerca dessa temática, de modo que pretendo seguir esse caminho em formulações futuras.

Posto isto, o presente estudo foi dividido em 3 capítulos, o primeiro se caracteriza como introdutório, onde me proponho a fazer um breve posicionamento da autora e sua relação com o objeto e discorrer sobre os caminhos metodológicos para a formulação do trabalho. No segundo capítulo, o estudo da formação sócio histórica brasileira e os conceitos de gênero, raça, racismo, preconceito, discriminação racial, interseccionalidade e racismo estrutural, que são basilares para análise das vivências de mulheres negras em qualquer espaço, bem como um breve histórico das políticas que garantiram a ampliação do acesso destas as universidades brasileiras.

Já no capítulo terceiro, buscamos problematizar a relação do sofrimento psíquico com o racismo estrutural e o sexismo expostos no ambiente universitário. Trago aqui boa parte das análises sensível realizadas como metodologia, através das escritas de oito estudantes negras do referido curso em seus trabalhos de conclusão de curso. Seus relatos nos levam a refletir sobre as sistemáticas conseqüências do racismo e sexismo na sua psique e as relações traumáticas permeadas pelas violações diárias, contudo, marcam também o potencial de resistência e organização coletiva que nós temos como estratégias de enfrentamento, que são fundamentais para (sobre) vivência.

A resistência é a máxima ancestral, “nossos passos vêm de longe” (WERNECK, 2000) e abriram caminhos para as que virão.

Sigamos!

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Magali da Silva. **Epistemologias da igualdade**. [Entrevista concedida a] Djonatan Kaic Ribeiro de Souza e Leonardo Ortegal. SER Social, Brasília, v. 19, n. 41, p. 428-438, jul.-dez./2017. Disponível em:

http://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/14948. Acesso 19 mar.2021

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural? .1.** ed. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

BRASIL. **Lei 11.645 de 10 de março de 2008**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

BRASIL. MEC. ANDIFES. **Perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das universidades federais brasileiras**, julho de 2018. BRASIL.

Ministério da Educação e Cultura. ANDIFES. **Plano Nacional de Assistência Estudantil**, dezembro 2007.

BRASIL. **Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro- Brasileira e Africana. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2021

CARNEIRO, S. **Mulheres em movimento**. Estudos Avançados, v.17, n. 49, 2003, p. 117132.

CARNEIRO, Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero**. Disponível em: <<http://www.unifem.org.br/sites/700/710/00000690.pdf>>. Acesso 10 de maio de 2021

CARNEIRO, Sueli. **Raça e Gênero**. In: BRUSCHINI, C. & UNBEHAUM, S. (org.) Gênero, democracia e sociedade brasileira, Editora 34, São Paulo, 2002.

COLLINS, P. H. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

CRENSHAW, Kimberlé. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf>>. Acesso 19 mar.2021

CRENSHAW, Kimberlé. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf>>. Acesso em: 05 de maio de 2021

DAVIS, Ângela. **Mulher, Raça e Classe**. 1.ed. – São Paulo: Boitempo, 2016.

Decreto nº **7234 de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil. Poder Executivo. Brasília, DF, 20 de julho de 2010.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Ed. Nacional, 1965.

FÉRRIZ, Adriana Freire Pereira, et. al. **Perfil do/a estudante e do/a egresso/a do curso de Serviço Social da UFBA**. Salvador: Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

FILHO, José Tiago Reis. **Negritude e sofrimento psíquico**. Pulsional Revista psicanalíse. Dissertações e Teses. p. 150-156. Ano XIX, n. 185, março/2006.

FOCHESATTO, W. P. F. **A cura pela fala**. Estud. psicanal. no.36 Belo Horizonte dez. 2011

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. Rio de Janeiro: Schimidt, 1933.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999

GOMES, Nilma Lino. **Intelectuais Negros e Produção do Conhecimento: algumas reflexões sobre a realidade brasileira**. In: SANTOS, Boaventura de Souza. MENESES, Maria Paula (Orgs.). Epistemologias do Sul. Coimbra: Edições Almedina, 2009.

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira. **O silêncio: um ritual pedagógico a favor da discriminação racial**. Dissertação de mestrado. Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, 1985. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/BUBD-9R6PKM>. Acesso em: 05 de junho de 2021

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afrolatinoamericano**. In: Mujeres, crisis e movimiento: America Latina e Caribe. Isis International, v. IX, jun 1988, Santiago, Chile.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de Negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio A. **Como trabalhar com “raça” em sociologia**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.29, n.1, p. 93-107, jan./jun. 2003

hooks, bell. **Intelectuais negras**. Revista Estudos Feministas, Rio de Janeiro, IFCS/UFRJE; PPCIS/UERJ, v. 3 n. 2, 1995.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (Orgs.). **Atlas da violência 2020**. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo, 2020. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/publicacoes/atlas-da-violencia-2019/>. Acesso em: 21 mar. 2021

JESUS, Rodrigo Ednilson de. **Mecanismos Eficientes Na Produção Do Fracasso Escolar De Jovens Negros: Estereótipos, Silenciamento E Invisibilização.** Educ. rev., Belo Horizonte , v. 34, e167901, 2018 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982018000100102&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 05 de maio de 2021. Epub Jan 18, 2018. <https://doi.org/10.1590/0102-4698167901>.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação:** episódios de racismo cotidiano. Lisboa: Orfeu Negro, 2019

LEÃO, Thiago Marques. **Loucura, psiquiatria e sociedade:** o campo da saúde mental coletiva e o processo de individualização no Brasil. 2018. Tese (Doutorado em Serviços de Saúde Pública) - Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/T.6.2018.tde-23042018-141123>. Acesso em: 21 abr. 2021.

LEÃO, Thiago Marques. **Qual o peso do racismo na saúde mental dos alunos?**. 2019. (Programa de rádio ou TV/Entrevista)

LEÃO, Thiago Marques; IANNI, Aurea; GOTO, Carine. **Sofrimento psíquico e a universidade em tempos de crise estrutural.** Revista em pauta, Rio de Janeiro, v. 17, n. 44, 2º semestre. 2004. Disponível em: DOI: <https://doi.org/10.12957/rep.2019.45212>. Acesso em: 21 abr. 2021.

LIMA, S. T. C. e MIOTO, T. R. C. Ensaio: **Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica.** Rev. Katál. Florianópolis v. 10 n. esp. p. 37-45 (2007).

LÓPEZ, L. C. **O conceito de racismo institucional: aplicações no campo da saúde.** Interface Comunicação Saúde Educação v.16, n.40, p.121-34, jan./mar. 2012

MBEMBE, Achille. **Necropolítica:** biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte. 2ª Ed. São Paulo: n° 1 Edições, 2018

MINAYO, M. C. de S. **O conceito de representações sociais dentro da sociologia clássica.** In: GUARESCHI, P. A. JOVCHELOVITCH, S. (Orgs.). Textos em representações sociais. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

MOURA, Clovis. **Sociologia do negro brasileiro.** São Paulo, SP: Ática, 1988.
MUNANGA, Kabengele. **Políticas de ação afirmativa em benefício da população negra no Brasil:** um ponto de vista em defesa de cotas. Sociedade e Cultura, v. 4, n. 2, jul./dez. 2001, p. 31-43
NASCIMENTO, Abdias do. **O Genocídio do negro brasileiro:** processo de um racismo mascarado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

NOGUEIRA, I. B. **A Saúde Psíquica Da População Negra. Cenários Da Saúde Da População Negra No Brasil:** diálogos e pesquisas / Organizado por Regina Marques de Souza Oliveira. – Cruz das Almas: EDUFRB; Belo Horizonte: Fino Traço, 2016.

NOGUEIRA, Isildinha Baptista. **Significações do corpo negro**. 1998. Tese (Doutorado em Psicologia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998

OLIVEIRA, R. M. S. **Nosso Mundo Adulto E Suas Raízes Na Infância: Saúde Mental Da População Negra E Indígena**. Cenários da saúde da população negra no Brasil: diálogos e pesquisas / Organizado por Regina Marques de Souza Oliveira. – Cruz das Almas: EDUFRB; Belo Horizonte: Fino Traço, 2016.

PINTO, A.; ISABELLE, C.; LISBOA, G.; MENDES, R.; **Autonarrativas E Os Impactos Do Racismo Na Saúde Mental Da População Negra: Uma Reflexão**. Cenários da saúde da população negra no Brasil: diálogos e pesquisas / Organizado por Regina Marques de Souza Oliveira. – Cruz das Almas: EDUFRB; Belo Horizonte: Fino Traço, 2016..

SANTOMÉ, Jurjo Torres. **As culturas negadas e silenciadas no currículo**. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.). Alienígenas na sala de aula. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995

SILVA, Ana Paula Procópio da. **O contrário de casa grande não é senzala. É quilombo!** A categoria práxis negra no pensamento de Clóvis Moura. Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Serviço Social, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, 2017. Disponível em: http://www.unirio.br/cchs/ess/Members/silvana.marinho/disciplina-teorias-do-brasil/unid-iv-bibliografia-complementar/Tese%20Ana%20Paula%20Procopio_O%20contrario%20de%20casa%22grande%20nao%20e%20senzala.%20E%20quilombo-%20A%20categoria%20praxis%20negra%20em%20Clóvis%20Moura.pdf/at_download/file. Acesso 19 mar.2021

Souza, Matheus. **Qual o peso do racismo na saúde mental dos alunos?. Jornal do campus**, São Paulo, 2019. Disponível em: <http://www.jornaldocampus.usp.br/index.php/2019/03/pertencimento-e-permanencia/>. Acesso em: 21 abr. 2021.